

“O campo das esmeraldas”: as permanências dos antigos roteiros paulistas nas Minas Gerais (1760-1800)

Adriano Toledo Paiva

Doutor em História - UFMG

Resumo:

A documentação manuscrita do século XVIII permite vislumbrar os processos de incorporação e valorização de alguns roteiros (mapas) paulistas na justificativa dos empreendimentos de conquista dos sertões das Minas Gerais. Deste modo, nesta comunicação analisaremos os processos de apropriação e (re)leituras de uma “tradição paulista” por parte dos sertanistas, em meados dessa centúria. Avaliaremos a configuração espacial dos velhos mapas, as diferentes formações das expedições e de seus integrantes, assim como as expectativas e dinâmicas materiais dos envolvidos e financiadores dessas investidas. Por intermédio destas trajetórias e alguns roteiros, abordaremos as concorrências, sobreposições e negociações dos poderes nas freguesias e arraiais dos sertões, observando as dinâmicas das áreas de fronteira das Minas Gerais.

Palavras chaves: Minas Gerais; Sertão; Sertanismo; Roteiros; Mapas;

Sessão Temática: História Econômica e Demografia Histórica

Os manuscritos de época, tomando por base as “tradições de muito fundamento”, explicitavam a possibilidade de um grande número de “haveres no corpo e vertentes do rio Manhuaçu” (1778).¹ O rio Gandú, “as Escadinhas” (Rio Doce) e suas adjacências figuravam como áreas mais prósperas para explorações auríferas. Os comandantes de distrito consideravam os índios como os únicos conhecedores daqueles sertões. Por sua vez, esses nativos sinalizavam a presença de grandes riquezas naquelas paragens: “por contar aquele sertão com vários rios, ribeirões e córregos incógnitos de outro qualquer conhecimento, que não seja do mesmo gentio, o qual assevera terem haveres de ouro e de pedras preciosas” (1778). (APM. CC - Cx. 48 – 30311. Rolo 515) Os roteiros de conquista empregavam o discurso dos naturais da terra como elemento de estruturação de suas práticas, assim como de legitimação de seus conteúdos. Conforme argumentou Sérgio Buarque de Holanda, as diretrizes da conquista embasavam-se em uma “cartografia indígena”, que se expressava em uma “rústica” geografia, descrevendo meticulosamente as tramas dos rios, as fragosidades e os caminhos. Deste modo, as representações afixadas na memória e discutidas pelos sertanistas portavam um “singelo realismo” e um colorido “fantástico”. Segundo o historiador,

Ao lado do detalhe preciso ou pitoresco exagerado aqui e ali pela surpresa, há em alguns desses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa ao útil. Para tanto é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas

¹ O presente artigo integra o nosso estudo doutoral: PAIVA, Adriano Toledo. *“Aranzés da tradição”: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (PPGHIS-UFMG), Belo Horizonte, 2013. Na realização desta pesquisa contamos com o apoio integral da FAPEMIG (2009-2013) e uma bolsa semestral do Instituto Cultural Amílcar Martins (Bolsa ICAM – USIMINAS).

generalizações ainda correntes acerca da mentalidade ‘primitiva’.
(HOLANDA, 1994, p. 24)

As representações indígenas assumiram significado operacional em um período no qual a escrita era dominada por poucos. De acordo com as indicações de Buarque de Holanda, a oralidade e a “tradição nativa”, repassada pelos costumes e cotidiano, influenciaram sobremaneira os “roteiros e aranzéis, tão abundantemente empregados durante a colonização pelos brancos”. (HOLANDA, 1994, p. 24-25) Os índios não foram somente responsáveis por ensinar as condições de sobrevivência nos sertões e importante força de trabalho nos domicílios, mas também orientaram todas as concepções espaciais da conquista dos sertões. Por exemplo, as expedições da família Lemes Silva, paulistas estabelecidos nos sertões do Guarapiranga, contavam com a presença de um “índio Coroado velho”, que memorizou os caminhos para a Casa da Casca enquanto coletava de raízes medicinais (poaia) nos sertões dos índios Puris. (RAPM. Ano 10, V. 3 e 4, 1905.) No primeiro decênio dos oitocentos, naquelas plagas também encontraram um “novo descoberto” nas vizinhanças do Presídio de São João Batista, que foi avaliado pelo “Guarda mor José da Costa, juntamente com o índio velho”, “a fim de examinar com toda exatidão”. (RAPM. Ano 10, V. 3 e 4, 1905, p.400)

Desde os anos de 1794, Januário Vieira Braga também explorava “as entranhas da terra e os sertões inabitados” da Vila do Príncipe em busca de novas descobertas de ouro. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p. 687-690) O sertanista, morador na Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, alegou percorrer o descoberto da Água Preta, que desaguava no Rio Suaçuí Grande (afluente do Rio Doce), nas imediações do Rio Arapuça, em busca de ouro. Deste modo, municiado pelas informações de uma “índia antiga” acerca da localização do descoberto, Braga solicitava a carta patente de Guarda mor daquele distrito por toda a sua barra até a Lagoa da Pedra Cumprida. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p.687) Empregando os seus trabalhos com o roteiro da experiente guia indígena, Braga conseguiu o despacho favorável ao seu pedido e a documentação necessária para empreender as expedições militares nos sertões.² Naquela época, o Capitão João de Sousa Simões assegurou que Braga “se dedicava, por muitos anos, na diligência de encontrar o descoberto chamado Rio da Água Preta”; portanto, “possuindo grande capacidade e inteligência para o exercício do ofício”. O minhoto José Antônio Martins asseverou que o sertanista conduziu nas expedições “uma índia antiga, na certeza de lhe mostrar maior abundância de ouro”. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p.689) Da mesma maneira, o entalhador soteropolitano Capitão João da Silva Santeiro indicou em seu testemunho que “não poderia duvidar da existência de terras minerais na paragem dos requerimentos”. Logo, segundo “publicavam os mesmos índios”, Santeiro julgou o suplicante como um homem capaz de desempenhar o emprego que pretendia. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p.690)

Ademais, as técnicas e estratégias transmitidas pelos nativos aos sertanistas viabilizaram as sistemáticas explorações dos sertões, fornecendo informações bastante detalhadas de sua topografia e geografia. (VANGELISTA, 2005, p.131-136) Os nativos ofereceram todos os conhecimentos necessários para elaboração de mapas e roteiros dos caminhos terrestres e fluviais. (KOK, 2004, p. 219-255) Segundo Glória Kok, os conhecimentos desta “cartografia indígena”, incorporada pelos sertanistas, configuraram um acervo de informações espaciais, constantemente repassados pela oralidade e

²Nestes documentos, o Ouvidor geral e Superintendente das terras e águas minerais, Antônio Seabra da Mota e Silva, solicitou que o sertanista e demais integrantes da bandeira não fossem incomodados nas suas investidas. Silva recomendou que os moradores os auxiliassem na exploração dos sertões incultos e nas terras povoadas, concedendo-lhes livres entradas e passagens por caminhos. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p.687)

memorizados. A autora identifica os roteiros como representações dos “sentidos”, uma vez que classificavam de forma detalhada os cursos dos rios, alguns obstáculos naturais, relevo, vegetação e os caminhos para caças e coletas. (KOK, 2009, p.91-109)

Em seu “Fundamento histórico”, Cláudio Manuel da Costa mencionou que as experiências dos paulistas nos descobrimentos, nos serviços das suas faisqueiras e no pleno conhecimento do território, estiveram relacionadas aos esforços dos “geógrafos, que eram todos mamelucos”. (COSTA, 1773) Do mesmo modo, André João Antonil (1711) caracterizou os paulistas como detentores das atribuições para o mapeamento do ouro e de sua exploração; porque “só à vista de quem tem a experiência se pode dar a conhecer fixamente os metais, porque há outros gêneros de pedras como eles [...]”.(ANTONIL, 1982, p.83) Os conquistadores empregavam os indígenas e seus saberes estratégicos na configuração territorial, sendo corriqueiro o estabelecimento de aldeamentos em áreas de fronteira para conter ataques militares e invasões. Em vista disso, no ano de 1744, os oficiais da Câmara de Sabará informavam ao Rei sobre os prejuízos da Real Fazenda em virtude dos constantes ataques de quilombolas na jurisdição de seu termo. Para solucionar as celeumas, os camaristas solicitavam a retirada de “200 casais das aldeias Tapuias de São Paulo” remetendo-os às Minas, no intuito de que estes plantassem roças nos “matos incultos e devolutos” e atacassem os quilombolas e salteadores. (AHU_CU_003, Cx. 9, D. 807) Em 1756, os homens de cor das “Comarcas das Minas do Ouro” também denunciavam as distinções militares que eram concedidas aos indígenas nas conquistas. Os negros asseguravam que os “índios mansos” distinguidos com a “capa de capitães das entradas” faziam “diligências indecorosas contra a honra de Deus e Leis de Vossa Majestade”, provocando grandes mortandades e roubos nas fazendas.³

Os “índios mansos” (aldeados) e os “bastardos paulistas” eram considerados os melhores guias e integrantes de expedições militares. Por exemplo, na Câmara de Mariana registrou-se uma patente de Capitão do mato a Agostinho dos Santos Ferreira, descrito como “homem paulista”, “acostumado a andar pelos matos em que vivia” na Itaverava, para perseguir dois lotes de negros fugidos naquela paragem (1775). (AHCMM. Livro 573, p.13-13v) Na década de oitenta alguns “paulistas”, principalmente os mestiços com indígenas ou administrados (designados por “bastardos”⁴), foram empregados nas expedições de conquista dos sertões do Abre Campo e dos índios Arrepiados (atual Serra do Brigadeiro). Dentre os vinte homens empregados na diligência, destacamos a presença de: um “bastardo paulista” de Ponte Nova; um “bastardo paulista” provindo do Inficionado; mais dois “bastardos paulistas” respectivamente de Catas Atas do Mato Dentro e da barra de Santa Ana dos Ferros; e aproximadamente 12 pessoas, também designadas por “bastardas”, decorrentes do distrito do Turvo. (APM. SG. Cx.:14, doc.:16) Em 1780, Antônio da Silva “cabra de São Paulo” foi classificado como “vadio sem domicílio certo e solteiro”, sendo imediatamente enviado para a conquista do Cuieté. (APM. SG. Cx.: 10, doc.: 15) Neste mesmo período, o paulista Gabriel José Francisco solicitou ao Governador a possibilidade de transferência de sua mulher, pais e irmãos, moradores do distrito de

³Em 1756, “os leais escravos e melhores vassallos de Sua Majestade, os homens crioulos, pretos e mestiços forros” das “Comarcas das Minas do Ouro”, pediam as mesmas honras e prestígios concedidos aos negros de Pernambuco, Bahia e São Tomé. Os homens de cor “colocavam-se a serviço de Deus e do Rei” para conter a “notícia régulos e levantados das terras místicas das missões e grandes mocambos de negros, foragidos e brancos”. Os negros desejavam com sua arregimentação em “companhias nas vilas e arraiais” estancar os descaminhos de ouro, gêneros e diamantes; evitando “prejuízos graves que dão os foragidos, ciganos, contrabandistas”. Cf. (AHU – MG, Cx.: 69, doc.: 5; 07/01/1756)

⁴ O termo bastardo era uma designação empregada para as mesclas com o gentio da terra. Confira-se: (MONTEIRO, 1994, p.166-167; NAZZARI, 2001. p. 33; RESENDE, 2003, p.153-155)

Pouso Alto, para as conquistas nas proximidades do sertão do Rio Sem Peixe. E o requerente recebeu um parecer favorável do governo. (APM. SG. Cx.: 12, doc.:30) O recrutamento e transferência dos paulistas para as regiões de fronteira relacionavam-se com as possibilidades de melhor conhecer e explorar o território de Abre Campo e Rio Casca. Neste mesmo período, Dom Rodrigo José de Menezes relatou a possibilidade de encontrar “os fantásticos descobertos” nos sítios da povoação do Cuieté, junto ao rio Manhuaçu, com as “boas esperanças” mencionadas pelo seu “guia paulista Pedro Bueno”. (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 48)

Nas pesquisas elaboradas por Francisco Eduardo de Andrade, a noção de experiência aproxima-se da ideia e sentido de “tradição”, pois se ancorava nas ações e vivências sertanistas, assim como nas memórias dos “antigos paulistas”. Neste sentido, observamos a operacionalização de um campo muito maior de “aprendizagem” de sertanismo, por intermédio das experiências familiares, seus registros escritos (relatórios, diários, documentos das expedições), na tradição oral e nos seus mais diferentes mapas. (ANDRADE, 2008, p.48-49) Portanto, precisamos relativizar a concepção dos roteiros como escritos originais e armazenados em canastras “às sete chaves”, ou ainda memorizados para resguardo dos segredos de um clã.⁵ Francisco E. de Andrade observa que os roteiros eram “frutos de um saber compartilhado”, sendo modificados constantemente pelas jornadas nos sertões e informações trocadas pelos sertanistas.⁶ Partindo destas reflexões metodológicas, problematizamos que mesmo sendo associados ao paulista no intuito de cancelar uma “tradição” no sertanismo, os mapas eram discutidos e transmitidos oralmente, sendo moldados pelas constantes comunicações entre os coloniais. Ademais, Andrade verifica que a escrita de um roteiro e a sua composição iconográfica não representavam uma atividade isolada ou solitária, mas resultavam de uma “experiência comum do sertão”. (ANDRADE, 2009, p.01-14)

Todavia, os estudos de Adriana Romeiro sinalizam a conformação discursiva dos paulistas como os únicos portadores da experiência e capacidade de localização e exploração aurífera. (ROMEIRO, 2011, p. 27-46) Deste modo, no século XVII, os sertanistas empregavam esses argumentos nas suas negociações e solicitações de prêmios à Coroa.⁷ Nos setecentos, os descobridores de ouro enfatizavam e norteavam as suas práticas e discursos de conquistadores, especificando suas habilidades no exame dos ribeiros, no conhecimento e conquista do espaço, no domínio e composição das expedições. (ANDRADE, 2008, p.48-49) Segundo Francisco E. de Andrade, “por meio

⁵Jaime Cortesão mencionou que os roteiros e traçados cartográficos que levavam às minas envolveram imensas possibilidades econômicas, portanto, foram guardados em segredo e geralmente ficavam em posse de seus detentores. (CORTESÃO, 1971, t. II, p. 161)

⁶Nas palavras de Francisco Eduardo Andrade, “os roteiros não eram compostos juntando, avaliando ou considerando criticamente as experiências de jornadas anteriores, se fossem alheias ou distantes do raio de ação costumeiro dos entrantes. Foi até comum, na época colonial, a circulação de versões escritas distintas para determinado roteiro de minas.” (ANDRADE, 2009, p.02-03)

⁷As investidas de Fernão Dias na descoberta das esmeraldas ancoravam-se na experiência de “uma antiga tradição”, relegada a um “tempo imemorial”. A documentação e a historiografia sinalizam que essas expedições visavam consolidar a imagem e crédito de fiéis súditos de seus integrantes, com o objetivo de confirmar os direitos de gratificação a um grupo familiar e seus arregimentados. Segundo Francisco Eduardo de Andrade, inúmeras tradições políticas e heranças do sertanismo paulista foram operacionalizadas na “empresa de Fernão Dias”, que se tornou precursora das origens das Minas Gerais. Os roteiros empregaram experiências dos antigos descobridores dos séculos XVI e XVII e dos indígenas para consolidação de um projeto inteiramente novo. Confira-se o mapeamento das tradições dos roteiros de Fernão Dias Paes em: “Documentos. Fernão Dias Paes, o descobridor das esmeraldas – 1682. (RAPM. Vol. XIX, 1921). A continuação das transcrições documentais comentadas está disposta no volume posterior: (RAPM. Vol. XX, 1924 – 1926). E consulte também os seguintes estudos: (ANDRADE, 2008, p.67-69; ROMEIRO, 2012, p. 25-47).

da reputação de práticos habilidosos nas coisas do sertão, os senhorios paulistas forjaram uma tradição, na qual se qualificavam com os atributos políticos e militares que convinham à fama de protagonistas de empresas com pretensões estamentais”. (ANDRADE, 2008, p.61) Do mesmo modo, para o século XVII, John Manuel Monteiro avaliou que as armações e bandeiras paulistas eram empreendimentos familiares, pois o patriarca iniciava as expedições de sua casa e cuidava de ensinar os artifícios da prática sertanista aos seus descendentes. Os montantes familiares poderiam ser investidos em suprimentos, pólvora e chumbo para a condução das expedições de captura de índios e procura de ouro. (MONTEIRO, 1994, p.85-91) Em nossos estudos, acreditamos que a posse dos roteiros de exploração dos metais preciosos e do domínio da força de trabalho indígena foi articulada por diferentes grupos familiares na estruturação de uma imagem de “conquistador”. Os empregos dos roteiros e de um “ancestral” paulista representaram artifícios e mecanismos de diferenciação social nas Minas Gerais em meados dos setecentos.

Na documentação coeva, as cooptações com as populações indígenas das imediações dos Rios Piracicaba e Suaçuí eram consideradas elementos indispensáveis para encontrar as riquezas prometidas pelos “antigos roteiros paulistas”. O Comandante do Cuieté João da Silva Tavares indicava em seus escritos a necessidade de conquistar os sertões dos Rios Suaçuí Grande e Pequeno, porque possuía relatos de “sacerdotes e pessoas de verdade, com experiência no país acerca da veracidade das suas riquezas”. Embasado nos argumentos da “tradição dos antigos”, Tavares considerava a barra da Ilha da Esperança a localidade ideal para construção de uma guarda e destacava a sua “boa faisqueira”. Do mesmo modo, Tavares relatava as inúmeras riquezas nos rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno (ESPINDOLA, 2005, p.26-27), Corrente, Santo Antônio, Tanque, Rio do Peixe do Itambé e de “Goanhans” (1775). (APM. CC - Cx. 48 – 30311. Rolo 515) Nos anos anteriores, Antônio Cardoso da Silveira, portador do “mapa do sítio das esmeraldas”, adquiriu grandes dívidas e empenhou todo seu patrimônio nas entradas pelos sertões da Tapera, na freguesia de Guarapiranga (1771). (APM. SC. 176, p. 130v)

Ademais, Sérgio Buarque de Holanda ressaltou o fascínio das pedras verdeongas entre “os naturais das terras” e informantes dos sertanistas em meados do século XVII, ansiosos pelos achados de cristais incolores. Para o historiador, a busca da prata e esmeraldas suscitadas pelos êxitos nas Índias de Castela configurou um fenômeno continental e uma especialidade luso-brasileira. Os roteiros e “a miragem da *Sabarabuçu* argentífera e a da serra das esmeraldas” tornaram-se “mitos xifópagos” e muito difundidos, principalmente no período das primeiras amostras de ouro das Gerais. Segundo Holanda, os caminhos para as místicas serras, pelas sendas de São Vicente, profetizavam riquezas no Rio São Francisco e nos outros rios de suas proximidades, potencializando as expedições de conquista na América Portuguesa. As informações do gentio indicavam que as investidas para o oeste poderiam atingir as raias e riquezas do Peru. Neste sentido, os homens de São Paulo imaginavam que o Rio Doce encontrava-se na mesma latitude do “Serro de Potosí”, portanto, disseminavam-se os sonhos de outro Peru, pois a silhueta do continente tornava-se delgada naquela porção. (HOLANDA, 2010, p.123, 158-163)

Segundo Haruf S. Espindola e Marcelo Delvaux, Gândavo escreveu sobre a entrada pioneira de Martim de Carvalho em busca das pedras verdes, que Calógeras datou dos anos de 1567 ou 1568. A expedição atingiu a região da Serra do Espinhaço, retornando ao “Porto Seguro” pelo “rio Cricaré”, que é o atual São Mateus. Os pesquisadores afirmam que Gândavo não diz por onde Carvalho entrou ao sertão,

enquanto as pesquisas de Orville Derby e Calógeras supõem o trilhar nas sendas de Francisco Bruza de Espinosa. Neste sentido, o entrecruzar dos roteiros das serras de cristal e o Rio Cricaré indicavam inspeções nos sertões do Serro Frio, região em que nascem os Rios Araçuaí, Itamarandiba e Suaçuí, ou seja, importantes pontos nos roteiros e representações da Serra das esmeraldas. (DELVAUX, 2009, p.106, nota 106; ESPINDOLA, 2005, p.35-42) Para Isnara Pereira Ivo, a procura das esmeraldas e “serras de prata” entre os sertões das Minas Gerais e da Bahia transcorreu na Barra do Rio Doce, margens do São Mateus, e no Alto Sertão e Ressaca (Bahia). A historiadora analisa o percurso do aventureiro e conquistador João da Silva Guimarães, inspirado pelos roteiros “antigos paulistas”. O sertanista estava envolvido nos conflitos com os índios Machacalis, e os remetia como prisioneiros às autoridades coloniais (1737). Na região de Minas Novas, os sertanistas embasavam suas práticas nas lendárias narrativas de Belchior Dias Morêa, também conhecido como o Moribeca. (IVO, 2012, p.53-65) As notícias das “decantadas minas de prata do grande descobridor Moribeca” corriam na interseção dos limites entre as Minas Gerais, Goiás e Bahia, e propagou-se o mito da existência de uma “oculta e grande povoação antiquíssima sem moradores” naquelas paragens (1753). (BN. Manuscritos 01,4,001 n°023. Objeto digital: mss01_4_001)

Destarte, Isnara P. Ivo analisa os conflitos e rivalidades entre os homens de Minas Gerais e Bahia pela posse dos roteiros de descobrimentos das esmeraldas, especialmente entre o marechal de campo Francisco de Melo Coutinho Souto Maior e Guimarães. De fato, em meados dos setecentos, Souto Maior enviou à Coroa constantes remessas de pedras verdes. (IVO, 2012, p.66-71) E em carta ao Rei, o personagem manifestou o desejo de vender em pregão e praça pública “tudo o que cativar por armas na conquista das serras das Esmeraldas, exceto as aldeias”. As vendas seriam empregadas para premiar os expedicionários envolvidos nas diligências de conquista, pois enfrentavam “grandes obstáculos”, como “doenças” e “gentios bárbaros” do Rio Doce. (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 21, Doc.: 79; AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 15, Doc.: 30)

Haruf S. Espíndola afirma que o Rio Doce foi importante ponto de definição das fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. (ESPINDOLA, 2005, p.33-72) Deste modo, o uso do argumento da fronteira natural era empregado na demarcação de limites e na representação espacial dos conquistadores.⁸ O território do Espírito Santo estaria circunscrito ao Rio Itabapoana (Tapoana) e o Peruipe (Sul da Bahia). (REIS, 2011, p.105-106) Em estudos recentes, Júnia Ferreira Furtado (FURTADO, 2012, p.433-434) avalia a presença de imagens oníricas na cartografia da “geografia iluminista”. Na análise da “Carta da América Meridional”, a pesquisadora examina os anseios de Jean Baptiste Bourguignon D’Anville em conectar as riquezas das áreas mineradoras da América Hispânica com as Minas Gerais, representando a área meridional do Brasil, parte do Chile, o Peru e o Paraguai. No mapa, o “serro das esmeraldas” é representado nos sertões que mediam a Bahia, margem esquerda do Rio Doce, nas proximidades do afluente “Asusi”, em uma seção designada por “*Campos geraes et planes très interdites*”. (BN. Objeto digital: cart389314.) Segundo Júnia Furtado, para cartografar os sertões do Rio Doce D’Anville empregou o roteiro dos irmãos Nunes, intitulado “*da Paragem adonde se acham muitas esmeraldas*”. O

⁸Iris Kantor analisa a defesa da continuidade das fronteiras fluviais como um argumento legítimo no processo de demarcação dos limites entre as Coroas Ibéricas na América. A diplomacia lusitana “estava atenta para o valor prático do conceito de fronteira natural, que fazia coincidir os acidentes naturais com as jurisdições políticas”. Segundo Kantor, este fator foi empregado nas demarcações dos limites das Coroas na porção sul na Colônia do Sacramento (1680) e na assinatura do Tratado de Madri (1750). Conferir: (KANTOR, 2007, p.70-80).

manuscrito dos cristãos novos estabelecidos no Serro Frio foi disponibilizado por Dom Luís da Cunha ao geógrafo. E o conjunto de documentos era designado por “*notícias das minas da América chamadas Geraes pertencentes a El Rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes os quais rodarão muytos annos por estas partes*”. (FURTADO, 2012, p.393-394) Conforme Furtado, os irmãos Nunes descreveram o roteiro aprendido com um paulista:

Segundo um dos irmãos Nunes, ele teria sido convidado por um paulista seu amigo a seguir-lhe nesse empreendimento, mas não pudera ir por se achar de partida para o Reino, mas relata seu trajeto: em se estando nas Minas, da conquista de Antônio Dias, o viajante deveria passar ao Rio Doce, subindo esse rio, para o norte, encontraria o Assusi, e, em sua montante, na sua margem norte, estaria o Rio das Esmeraldas, reconhecido por ter em sua barra uma cachoeira e uma corredeira. Subindo o Assusi, em sua nascente, está uma lagoa, junto do Serro das Esmeraldas, donde já foi povoação e arraial do descobridor delas, Marcos de Azeredo, e na mesma paragem as achou Fernão Dias Paes. O irmão ainda avisa que, para quem parte do Espírito Santo, subindo o rio, a primeira cachoeira seria o referencial para encontrar a vazante do Assusi. (FURTADO, 2012, p.446)

Para Fábio Paiva Reis, o roteiro de Marcos de Azeredo fundamentou a ideia de localização espacial da Serra das Esmeraldas nas proximidades de um afluente do “Rio Asussi”, que recebia o nome de “Rio das esmeraldas”. (REIS, 2011, p. 44-48, 120) Em nossas investigações, acreditamos que o roteiro dos irmãos Nunes foi embasado nos conhecimentos do paulista Lucas de Freitas. Cogitamos que este sertanista, considerado descobridor das esmeraldas do Serro Frio, e integrante das diligências da comitiva de Fernão Dias Paes, foi o guia mencionado pelos irmãos Nunes. Nos anos de 1752, João de Azevedo Leme encontrava-se com seus companheiros no descobrimento de ouro nos sertões da comarca do Serro Frio, rumando para o “nascente e inclinando-se para o norte a descobrir uns rios, córregos e ribeiros”. As “áreas remotas e não frequentadas” precisavam ser desbravadas, portanto, Leme solicitou auxílio da Câmara para custeio de munições e armamentos. Como artifício retórico, o sertanista empregou a possibilidade de “remediar a grande pobreza das Minas” com os novos descobrimentos de ouro. (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04, 1896, p. 765) Todavia, o Reverendo João Pedro de Almeida, mestre de ler e escrever do descoberto do Peçanha, especificou em um documento a proveniência familiar e a espacialidade dos roteiros empregados por Leme. O eclesiástico presumia que João de Azevedo Leme era parente de Lucas de Freitas de Azevedo e de Sebastião do Prado Leme, primeiros descobridores do ouro no Serro Frio, conforme sancionava a tradição no período. Em 1723, Dom Lourenço de Almeida incumbiu Lucas de Freitas do “descobrimento das esmeraldas” quando Garcia Rodrigues Pais desistiu das investidas por sua idade avançada e saúde fragilizada. (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 4, Doc.: 67) O paulista Lucas de Freitas Azevedo foi dotado da patente de “mestre de campo do descobrimento das esmeraldas e mais pedras preciosas das matas do Serro Frio” (1717). Pela carta patente, o Coronel seria reconhecido pelo seu corpo de arregimentados e respeitado como líder dando continuidade as suas expedições de procura das pedrarias (1717). (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04, 1896, p.758-760) Neste mesmo período, o sertanista solicitou a confirmação da carta de sesmaria nas terras em que descobriu, consolidando uma fazenda de gado e mantimentos, no “sítio do pé do morro”. Lucas de Freitas era povoador da propriedade havia mais de seis anos, demarcando três léguas de terras com um “pião” na lagoa do Junco, “seguindo légua e meia para a parte do sul, e outra légua e meia para as mais partes correspondentes à medição”. (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04,

1896, p.755-756) Nas proximidades desta demarcação, o paulista Balthazar de Lemos e Siqueira, morador no Jequitinhonha, e companheiro de Lucas de Freitas nas suas conquistas, também solicitou a confirmação de titularidade de posses. (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04, 1896, p.758) As investidas de João de Azevedo Leme seguiram os roteiros que concederam ao seu ancestral o posto de “descobrimento das esmeraldas”.

O Padre Almeida relatou o caminho percorrido pelas investidas saindo da residência de Leme no Rio Manso, subindo no sentido do Rio Araçuaí, até suas nascentes nas Serras do Itambé, Pinheiro, Cordilheiras ou Guaritas. Da seção de serranias do roteiro, a expedição dos Lemes transportou-se para o Rio dos Cocais e para o Ribeirão do Mundo Velho ou pelo Rio Barreira, “seguindo sempre o rumo do nascente” e encontrando a barra do Turvo Grande no Rio Vermelho. Naquela altura, o Comandante não prosseguiu as investigações em virtude da presença de mineradores nas cabeceiras dos rios. De fato, João de Azevedo Leme não desistiu dos roteiros de sua parentela, mas singrou os caminhos para a Vila do Príncipe solicitando informações sobre as explorações no nascente do rio. Retornando aos pontos especificados por seus mapas, Leme não encontrou qualquer vestígio de conquista na paragem. A intuição e o roteiro do sertanista indicavam como principal caminho a barra do Rio Turvo, e em seguida todo o leito do Vermelho, trilhando as imediações do Cocais, e prosseguindo o curso das “grandes águas, adiante denominadas Rio Sassuhy”. Ao percorrer todo o trajeto sem encontrar as maravilhosas esmeraldas e pedrarias, o sertanista não perdeu o entusiasmo pelo novo descoberto, que foram reavivados com averiguações no córrego das Almas (1783). (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04, 1896, p.767) Na década posterior, o governo da Capitania praticamente percorreu todo o sertão do Rio Preto e “Arassuahy” com objetivo de confirmar a existência do roteiro das esmeraldas. As expedições foram comandadas pelo Tenente coronel Luís Lopes da Costa Canuto, responsável por prosseguir nas conquistas com “40 homens escolhidos e capazes” no período que “for acalmado as águas”. (APM. SC.200, p. 5v-6)

Os roteiros em questão foram representados em um mapa sertanista denominado “Carta topográfica da Vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito”.

Imagem 1

Detalhe da “Carta topográfica da Vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito”



Fonte: BN (Brasil). Fundo: Cartas sertanistas. “Carta topografica da Villa do Principe no Serro Frio e do seu distrito”. Objeto digital: cart525833.tif. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg Consultado em: 19/02/2013.

O mapa descreve os caminhos da Vila do Príncipe até os sertões do Rio Araçuaí e São Mateus, assim como os vínculos com as localidades do “Mato Dentro” e os “caminhos do Sabará”. A carta faz duas referências à casa de Lucas de Freitas nos sertões, uma a lápis e outra a tinta ferrogálica. A imagem possui diferentes intervenções e observações a lápis e acréscimos em tinta, o que nos permite avaliar as constantes alterações e (re)apropriações de um roteiro pelas experiências do sertanismo. A Vila do Príncipe foi representada pelo conjunto de habitações, próxima ao curso do “Rio do Peixe Mirim” (Pequeno). Um caminho tracejado parte da Vila e curiosamente perpassa todas as nascentes dos rios e ribeirões: das Pedras, Serro, Inferno, Santo Antônio e Remédios. Essa estrada passava pelo arraial do Tijuco, seguindo o “Rio do Machado”

até sua foz no “Jequitinhonha Uaçú” em uma ponte; que foi acrescida após a elaboração da carta. Nesta seção do mapa verificamos a representação da residência de Lucas de Freitas em tinta, e um pouco acima encontramos a mesma inscrição a lápis (próxima ao Rio Preto). O caminho que conduzia até Lucas de Freitas continuava no sentido do “Rio Tamarandiba”, “Rio São Matheus” e “Serra do Itambé”. Na convergência do “Jequitinhonha Uaçú” e do “Jequitinhonha Mirim” o autor desenhou um pequeno círculo assinalado com um X. Entretanto, o desenhista não revelou o significado do sinal, mas possivelmente representava o marco dos tesouros do roteiro. Notamos as constantes alterações no mapa pelas diferentes tonalidades das tintas, espessura dos traços, rasuras, caligrafias e inscrições diversas, assim como os esboços feitos a lápis. Por intermédio da análise da oxidação do papel e da tinta ferrogálica, destacamos os acréscimos ao roteiro, tais como: a inserção de novos montes próximos ao Tijuco; uma ponte, prolongamentos na nascente do “Rio do Peixe Uaçú abaixo”; e maiores detalhamentos entre as vias de ligação de Sabará ao Serro Frio.⁹ O mapa retrata nas proximidades de Nossa Senhora da Conceição, entre os “Rios das Pedras” e o “Rio do Peixe Uaçú Abaixo”, a localidade do *Tapanhuacanga*, um mito bastante difundido no imaginário sertanista nas Minas.

Em 1792, o sacerdote João Pedro de Almeida tomando por base os argumentos de Lucas de Freitas, e de alguns índios, pois convivia constantemente com as nações “Monhoxós, Panhames, os Malalis”, indicou ao Visconde de Barbacena que “a serra das esmeraldas não poderia ser encontrada”. (RAPM. Ano 01 – Fascículo 04, 1896, p.781-782) De fato, o parecer do padre sintonizava-se com as preceptivas do governo da capitania em desqualificar os roteiros paulistas, caracterizando-os como mero “aranjel da tradição”. No entanto, os sonhos das esmeraldas e das muitas riquezas não se esvaeceriam do imaginário dos sertanistas, pois continuaram a rutilar nas investidas de conquista até nas primeiras décadas do século XIX. Em um mapa, provavelmente confeccionado no limiar dos oitocentos, os afluentes do Rio Doce foram demarcados, e, nas proximidades dos rios “Suassuy Pequeno” e “Suassuy Grande” sinalizou-se o “campo das Esmeraldas com vários montes por descobrir”. (COSTA, 2007, p.125) Apreendemos as permanências das riquezas dos “campos das esmeraldas”, nas epístolas encaminhadas pelo Capitão Guido Thomaz Marlière à Secretaria de Governo (1813). Em carta ao Governador, o oficial pontuou que muitos particulares pediram as sesmarias nas cabeceiras do “Suassuhy Grande e no seu centro”, “por ser pouco conhecido aquele rio famoso, pelas riquezas que lhe atribuem, e pela fertilidade de suas margens”. (RAPM. Ano 10. Vol.3, 4, 1905, p.653)

As experiências do Padre Almeida no conhecimento dos sertões foram provenientes do trabalho como assistente do Vigário na conquista do Cuieté, assim como mestre dos índios com ordenado régio. O clérigo *in minoribus* atuou de “três para quatro anos” no ensino de catequese e escrita no arraial de São Gonçalo e na aldeia do “*Susuhy*” Pequeno. João Pedro de Almeida era “pardo liberto, nascido em Vila Rica, filho de Josefa Maria da Conceição, preta liberta, natural das Ilhas de São Thomé, e de pai incógnito”. O pardo ansiava pela sua ordenação sacerdotal envolvendo-se com a catequese indígena. Cumpre ressaltar que sendo filho natural da ex-escrava de Custódia da Conceição, designado nos autos de *genere* como “homem pardo natural de Vila Rica da Conquista da América”, o habilitando Almeida incorria no defeito da “impureza de

⁹A carta tem indicação de um “Salto” próximo ao Rio Pardo, e o acréscimo de um o caminho próximo ao “da Graça e os Gouvea”, na localidade das “Congonhas” do Sabará. Todavia, retiramos essa seção da imagem que empregamos em nossa análise. BN. (Brasil) “Carta topografica da Villa do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito”. Objeto digital: cart525833.tif. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg Consultado em: 19/02/2013.

sangue” e no “de nascimento”. (AEAM. PG.: João Pedro de Almeida. Ouro Preto. Arm./pasta: 05/880) O aspirante às ordens sacras foi concebido por uma relação de concubinato com uma africana.¹⁰ Para atingir o estado eclesiástico, Almeida teria que obter dispensas da Câmara Eclesiástica por ser um filho bastardo e mulato. Ansioso para receber as ordens de presbítero, o tonsurado conseguiu despacho e patente da Rainha D. Maria I para atuar como professor nas conquistas do Cuieté, ensinando a doutrina cristã àquela “gente desamparada e ignorante”. Almeida encarava a carreira sacerdotal como uma oportunidade de “dignificação” na sociedade colonial, incremento de seu cabedal e exercício de cargos diretos na localidade. Para conseguir as dispensas necessárias na sua atuação, o habilitando solicitaria proteção no Reino. O então Vigário do Cuieté, Manoel Francisco Bento, relatou a imperiosa necessidade de conseguir um Padre para acompanhar as bandeiras quando se entrassem nos dispersos sertões do Rio Doce. O Governador Dom Rodrigo José de Meneses foi citado no processo de ordenação pelo comandante Tavares, pois em virtude das expedições que acompanhou nos sertões poderia assegurar a necessidade de organizar um estabelecimento dos índios no Rio Doce (1783). Outrossim, a Rainha garantiria o acesso do mulato ao seminário e a possibilidade de conseguir as dispensas nos impedimentos legais eclesiásticos. E após a sua ordenação, Almeida retornaria à conquista para catequese dos índios. (AEAM. PG–João Pedro de Almeida. Ouro Preto. Arm./p.: 05/880)

O “mulato” Almeida conseguiu atingir o posto de Vigário da Freguesia de Santo Antônio do Peçanha, e com base nas suas experiências de catequista nos sertões relatou que todos os seus conquistadores seguiam a rota do “Rio Sassuhy Grande”. No limiar do século XVIII, os roteiros paulistas do Serro Frio indicavam grandes riquezas naqueles sertões, especialmente nas proximidades com o Córrego das Almas, do qual se extraíram muitas arrobas de ouro. Não obstante, todos os documentos coevos que trataram dos afluentes do Rio Doce mencionaram as possibilidades de riquezas dos seus leitos associados aos desafios e dificuldades para sua exploração em virtude das muitas cachoeiras e pedregulhos. Mesmo diante de algumas evidências exploratórias e empíricas da riqueza de alguns veios, o Padre Almeida estava desacreditado da difusa tradição da “Serra das esmeraldas” propagada inicialmente pelos descobridores do Serro Frio. (RAPM. Ano I, fasc. 04, 1896, p.781-782)

A imagem “*Morro donde se estraem os topázios, descubertos no anno de 1772, ca. 1775*” representou o objetivo final dos roteiros de exploração em uma singela imagem, impregnada por um “fantástico e singelo realismo”.¹¹

¹⁰ Nas diligências de concessão do sacramento da ordem verificavam-se as origens do habilitando, para analisar se tinha parte com a “nação hebréia”, ou qualquer outra “infecta”, de negro ou mulato. Conferir: (CPAB. L.: V, tít. LXX, § 1291, § 1298, § 1299, p. 426-428).

¹¹Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda caracterizou os roteiros sertanistas como esboços de um caráter “singelo”, aproximando-se de um detalhamento excessivo da paisagem natural. Neste caso, as representações relacionavam-se às informações repassadas pelos guias indígenas nas investigações dos sertões. Conferir: (HOLANDA, 1994, p. 24).

Imagem 2
Morro de extração de topázios descobertos em 1772



Fonte: “Morro donde se estraem os topázios, descubertos no anno de 1772, ca. 1775”. IEB/USP. Coleção Yan de Almeida Prado. Arquivo IEB/USP - COL. YAN, 23.

A aquarela em tons terrosos, com destaque para a coloração gláucica dos morros, representava as localizações para exploração das pedrarias de topázios. As silhuetas dos montes são cautelosamente esboçadas no desenho. O pouso para a expedição, as terras remexidas nas investigações e os caminhos ao descoberto encontram-se indicados com grande detalhamento. A imagem é um dos poucos exemplares da iconografia sobre as “Serras de pedrarias” nas Minas setecentistas. Inegavelmente, nas imediações da região desta serra localizava-se um campo de disputa jurisdicional entre Bahia e Minas (IVO, 2012, P.130-161), especialmente em virtude das representações de riquezas propaladas pelos roteiros.¹² Francisco Tavares de Brito (1732) ressaltou as expedições e tentativas de descobrimentos provenientes da Bahia, especialmente as processadas por Sebastião Fernandes Coutinho, e as investidas dos paulistas na região:

Cinco ou seis léguas para a parte do Norte descobriram uma grande e hermosa pedraria de esmeraldas, e outra de safiras, que estão junto a uma lagoa. E mais abaixo distante de sessenta ou setenta léguas da barra do Rio Doce, vieram achar das mesmas pedras. E quatro ou cinco léguas para a parte do sul descobriram outra serra em que lhe afirmou a gente, que havia

¹²Dom Lourenço de Almeida, governador das Minas, escreveu sobre o seu governo nos descobrimentos das Minas que o Vice Rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, mandou fazer nos “distritos de Arassuahy e Fanados”. O Conselho Ultramarino comunicou e optou, naquela época, conservar as minas na jurisdição do governo da Bahia. (1729) (RAPM. V. III, 1898, p.277).

pedras verdes e vermelhas do tamanho de um dedo, e outras azuis todas resplandecentes. E desta serra andando para leste uma légua, ou pouco mais, encontraram com outra de fino cristal, que cria em si esmeraldas e juntamente pedras azuis. (BRITO, 1732, p.24-25)

As promessas “dos haveres em pedrarias e ouro” entre a Vila Nova da Rainha e a Vila do Príncipe aguçavam o ardoroso desejo dos sertanistas pelas riquezas do sertão. Em 1732, a oeste dos limites da Vila do Serro Frio e em Itaubira os paulistas também mineravam e conseguiam grandes tesouros. Tavares de Brito afirmou que: “antes de chegar a estas Minas, no sítio de Itamiriodibã, se toma o caminho para o descobrimento das esmeraldas, fazendo [...] quinze ou dezesseis dias de jornada, e, doze ou treze para o norte”. (BRITO, 1732, p.22.) Na Comarca do Serro Frio encontravam-se as “infinitas minas”, e, particularmente na Conceição existia “um monte de ouro, como o que dissemos de Tapanhuacanga em Vila Rica”. (BRITO, 1732, p.22-23) Na Vila de Sabará situava-se o “antigo arraial de *Tapanhuacanga*, nas proximidades da Capela de Nossa Senhora do Ó (ou “Expectação do Parto”). Segundo os relatos orais, a povoação foi construída pelo paulista Bartolomeu Bueno da Silva e sua parentela (1718). (LEITE, 1999, p. 143) Na obra *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*, Auguste de Saint-Hilaire referiu-se à “*Tapanhuacanga* ou São José de *Tapanhuacanga*” como “sucursal de Vila do Príncipe”, localizada a quatro léguas da região. (SAINT-HILAIRE, 1938, p.189) A terminologia na língua geral *Tapanhuacanga* ou *Tapiocanga* refere-se à junção dos radicais *tapuia* e *canga*, e designava “*cabeça de negro*”, sendo uma menção ao minério de pobre teor em ferro. Segundo Maria Leônia Chaves de Resende, a palavra “*tapanhunos*” designava os escravos africanos e seus descendentes em São Paulo. (RESENDE, 2003, p.155-156, nota 88)

O jesuíta Antonil asseverava que “Tapanhuacanga” era o nome concedido à “disposição de desmonte”, que significava “o mesmo que cabeça de negro, pelo teçume das pedras, tão duro que só a poder de ferro se desmancha”. A presença das pedras era um sinal da existência de ouro nos cascalhos da localidade. (ANTONIL, 1982, p.91) O metal possuía cor arroxeadada ou enegrecida, fator característico das montanhas do Serro do Frio, Tejuco e Vila Rica, pois os montes eram argilosos impregnados de grande concentração de óxidos de ferro ou itabiritos (GREGÓRIO, 1980, p.355) (classificação estabelecida por Eschwege no século XIX). (ESCHWEGE, 2002) As expedições de conquista do mestre de campo Mathias Barbosa da Silva no Rio Doce (1732, 1746) averiguaram a presença de uma alavanca (ferramenta) entre os índios e “socavões” naquelas marginais. Os paulistas Manoel Monteiro Chassim e Sebastião Preto Cabral acreditavam que esses indícios comprovavam ser a região explorada por João Pinto, minerador assassinado pelos Tapuias em 1718. (RAPM. Ano III, 1898, p.769) Nos roteiros do Rio Abaeté assinalavam-se um “morro pequeno de *Tapanhuacanga*” consorciado a uma “alavanca encostada” e um saco, respectivamente dispostos para exploração e coleta do ouro encontrado. (DIHCSP. v.3, 1913, p.81) A ocorrência do Tapanhuacanga remetia a um “golpe de sorte” figurando como expressão das expectativas de se encontrar ricos achados em ouro, e ao mesmo tempo indicando os esforços brutais com o trabalho de exploração dos cascalhos. (DIAS, 2002, v. 01, p.67)

No limiar do século XVIII asseverava-se que nas proximidades de Vila Rica existia uma abundância de minas, “mormente as da inacessível montanha da *Tapanhuacanga*”, a terra era conhecida como “um Potosí de Ouro: mas por falta de água, no verão, não enriquecia a todos que nela mineravam”. (BRITO, 1732, p.18) Todavia, o “descoberto” de *Tapanhuacanga* (Vila do Príncipe) continuaria nos mapas de exploração dos sertões, nas décadas de setenta e oitenta do século XVIII, sendo

dotado da carta de Capitão deste distrito Valentim Ferreira Froiz (1773) (AHU_ACL_CU_011,Cx.104,D.8322) e recebendo licença para a ereção de uma capela no arraial (1786). (AHU_ACL_CU_011,Cx.125,D.8278) A crença nas riquezas do *Tapahuacanga* permaneceu no imaginário das Minas Gerais até as primeiras décadas dos oitocentos. Saint-Hilaire em seu relato de viagem anunciou que a localidade era uma “aldeia de encantadora posição”, na região diamantina:

A região que se estende de *Tapahuacanga* até a Tapera apresenta o aspecto característico das regiões de mata virgem. Vêm-se vales estreitos e profundos e montes com encostas íngremes; todavia, a vegetação não é uniformemente contínua. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46)

A povoação estava localizada “a cerca de oito ou dez léguas de Conceição, e contava com uma centena de casas, que marginavam ambos os lados da estrada”. As habitações eram situadas entre as montanhas, com pequenas casas ao rés do chão e cobertas de telhas. (SAINT-HILAIRE, 1975, 190) Segundo o naturalista francês, as casas

possuíam um efeito agradabilíssimo, e não se pode deixar de deplorar o estado de abandono em que se está atualmente esse lugarejo, que deveu a Minas de Ouro sua fundação e efêmera prosperidade. Hoje as casas caem em ruína. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.137)

Deste modo, o *Tapahuacanga* revelava a necessidade de mão de obra especializada e numerosa para exploração do ouro. Os argumentos de Saint-Hilaire manifestavam o ocaso do emprego dos roteiros da tradição paulista e das esperanças de novas jazidas minerais. Em fins do século XVIII, os mapas e tópicos sertanistas representavam “mitos” de fundação e caminhos de retorno a um passado dourado.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas e documentos consultadas

Arquivo Público Mineiro (APM) – Belo Horizonte – MG.

APM – Seção Colonial – Secretaria de Governo

APM. SC. 176, p. 130v. (02/07/1771).

APM. SC.200, p. 5v-6. (11/01/1773)

APM – Secretaria de Governo – Documentação Avulsa

APM. SG. Cx.: 10, doc.: 15. (15/05/1780)

APM. SG. Cx.: 12, doc.:30. (10/09/1782)

APM. SG. Cx.:14, doc.:16. (05/06/1784)

APM – Casa dos Contos – Documentos Avulsos (CC)

Carta de João da Silva Tavares sobre o relatório do estado da cachoeira Alegre e Escura.

APM. CC - Cx. 48 – 30311. Rolo 515. (10/11/1775)

Biblioteca Nacional (BN-RJ.)

BN. (Brasil) “Carta topografica da Villa do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito”. Objeto digital: cart525833.tif. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg Consultado em: 19/02/2013.

BN. D’Anville, Jean Baptiste Bourguignon (1697-1782). “Carte qui représente la partie meridionale du Brésil et du Perou, le Chili septentrional et le Paraguay, ce qui

fait la partie de milieu de L'Amérique méridionale”. (1779) Objeto digital: cart389314. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart389314.jpg. Dimensões do original: 48 x67,7cm em f. 52 x71,6cm.

BN. Manuscritos 01,4,001 n°023. Objeto digital: mss01_4_001. “Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no ano de 1753. Na América [...] nos interiores [...] contiguos aos [...] mestre de campo e sua comitiva, havendo dez anos, que viajava pelos sertões, a ver se descobria as decantadas minas de prata do grande descobridor Moribeca, que por culpa de um governador se não fizeram patentes, pois queria usurpar-lhe esta glória, e o teve preso na Bahia até morrer, e ficaram por descobrir. Veio esta notícia ao Rio de Janeiro no princípio do ano de 1754”.

Arquivo IEB/USP

“Morro donde se estraem os topázios, descubertos no anno de 1772, ca. 1775”. IEB/USP. Coleção Yan de Almeida Prado. Arquivo IEB/USP - COL. YAN, 23.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)

AEAM. PG– João Pedro de Almeida. Ouro Preto. Arm./p.: 05/880. (1783).

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (ICHS-UFOP)

AHCMM. Livro 573, p.13-13v.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-IICT)

AHU_ACL_CU_011,Cx.104,D.8322. (1773)

AHU_ACL_CU_011,Cx.125,D.8278. (1786)

AHU_CU_003, Cx. 9, D. 807. (17/10/1744)

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Projeto Resgate)

Carta de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando conta da diligência que entregou aos paulistas Lucas de Freitas, capitão Alberto Dias e Domingos Dias Ribeiro, para o descobrimento das esmeraldas. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 4, Doc.: 67. (20/09/1723)

Carta do Marechal de Campo Francisco de Melo Coutinho Souto Maior a D. João V, na qual solicita ordens para que tudo o que cativar por armas na conquista das serras das Esmeraldas, exceto as aldeias, seja vendido em praça e tirando-se o quinto devido a Real Fazenda, se reparta o resto pelos soldados que o acompanharem, de molde a entusiasamá-los, para enfrentarem grandes obstáculos (doenças e gentios bárbaros) que têm dificultado essa difícil conquista. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 15, Doc.: 30. (1729).

Carta de Francisco de Melo Coutinho Souto Maior, informando a D. João V acerca das esmeraldas que lhe havia remetido através do ouvidor-geral António Ferreira do Vale de Melo. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 21, Doc.: 79. (1747).

Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas, pedindo ao rei a concessão de privilégios vários, dentre eles o de poderem ser arregimentados e gozarem do tratamento e honra de que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé. AHU – MG, Cx.: 69, doc.: 5. (07/01/1756)

Carta de D. Rodrigo José de Menezes, governador das Minas, para Martinho de Melo e Castro, informando sobre as providências que deu para concluir o seu plano de

promoção da povoação do Cuieté. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 118, Doc.: 48. (24/06/1782)

Fontes Impressas

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)

RAPM. Ano I, fasc. 04, 1896.
RAPM. Ano II, V.1, 1897.
RAPM. Ano III – Fascículo III e IV, 1898.
RAPM. Ano X, V.3, 4, 1905.
RAPM. Ano XII, 1907[1908].
RAPM. Ano XX, 1926.
RAPM. V. XVII, 1912.
RAPM. V. XIX, 1921.
RAPM. V. XX, 1924 (1926).
RAPM. V.VII, fasc. 01 e 02, 1903.
RAPM. V. XXXI, fasc. 01, 1980.
RAPM. Ano XXXVII, 1988, vol. I e II.
RAPM. Ano XXXIX, 1992.

Cronistas, genealogistas e relatos de Viajantes

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerario Geografico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilla: Oficina de Antonio da Sylva, 1732.

COSTA, Cláudio Manuel da. “Fundamento Histórico”. In: COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica. Vila Rica*. Poema de Cláudio Manuel da Costa, Árcade Ultramarino, com o nome de Glauceste Saturnio, oferecido ao Ilmo e Exmo Sr. Conde de Bobadela. Ano de 1773.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, v.3, 1913, p.81.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Jornal do Brasil (1811-1817)* ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Nota introdutória de Fredrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução de Fredrich E. Renger; Tarcísia Lobo Ribeiro; Günter Augustin. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Itatiaia: Belo Horizonte; Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1975.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de Junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes 1707.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Francisco Eduardo de. "Arte de descobrimento de minas na América portuguesa: os roteiros". In: *Nossas letras na história da educação: anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP*. Mariana, ICHS/UFOP, 2009, p.01-14.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, PUC Minas, 2008.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965, 1971, t. II.

COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas Imaginárias*, p.106, nota 106. ESPINDOLA, Haruf Salmen. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Nos sertões do Rio das Velhas e das Gerais: ida social numa frente de povoamento, 1710-1733". In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. 1ª. ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, v. 01.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Ánville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.433-434.

GREGÓRIO, José. *Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições, usos e costumes, fauna e flora, língua, raízes, toponímia, vocabulário*, V.02. União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.*

KANTOR, Íris. "Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas". In: *Varia história*. V.23, n.37, Belo Horizonte, FAFICH-UFMG, Jan./Jun. 2007, p.70-80.

KOK, Glória. "Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa". In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V.17, n.02, p.91-109, 2009.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Editora da UNICAMP; Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo. Brasil (1600-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, Fábio Paiva. *A Serra das esmeraldas: Cartografia, Imaginário e conflitos territoriais na Capitania do Espírito Santo (século XVII)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC-SP, 2011.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. "Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei". *Revista Tempo*. Vol.12, nº.23, 2007, p.5-22.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. "Amores proibidos, amores possíveis". *RAPM*. V. XLVII, 2011.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasíliaicos: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Tese de doutoramento – UNICAMP, Campinas: 2003.

ROMEIRO, Adriana. "Honra e ressentimento: a trajetória de Garcia Rodrigues Pais em busca das mercês régias". In: SILVEIRA, Marco Antônio; ANTUNES, Álvaro A. (Orgs.). *Dimensões do poder em Minas (séculos XVIII e XIX)*. 1ª ed., Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 25-47.

ROMEIRO, Adriana. "Pitangui em chamas: rebeldia e culturas políticas no século XVIII". In: CATÃO, Leandro Penna (org.). *Pitangui colonial*. História & memória. 1ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, p. 27-46.

VANGELISTA, Chiara. "Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.131-136.